

Senado busca ganhar espaço

O presidente do Senado, Mauro Benevides, oferece almoço em sua residência oficial na próxima terça-feira aos líderes de bancadas naquela casa para examinar os problemas que estão comprometendo a relação harmônica entre as duas casas do Congresso. Mauro quer ouvir sugestões dos líderes de bancadas para levar ao conhecimento do presidente da Câmara dos Deputados, Ibsen Pinheiro.

O líder do PDT no Senado, Maurício Corrêa (DF) afirma que há um alheamento do Senado nas decisões congressuais, "o que não poderá perdurar". "O Senado está sendo relegado a papel secundário no processo legislativo. Temos de encontrar uma solução que restabeleça a harmonia nas relações das duas casas," disse o líder da bancada do PDT, que tem se reunido com seus colegas para analisar a situação.

Insatisfação — Há um clima de insatisfação no Senado: os senadores consideram o predomínio de uma prática que tem relegado a instituição a papel secundário. Reclama-se que os projetos passam, às vezes, um ano na Câmara e depois têm que ser votados, a toque de caixa, no Senado, frequentemente em prejuízo da qualidade das leis.

O senador Maurício Corrêa lembra que, segundo uma tradição antiga, as mensagens presidenciais são enviadas, em primeiro lugar, à Câmara dos Deputados. Na instituição do Fórum para discutir o chamado Projeto de Reconstrução Nacional do Presidente da República,



Benevides: conciliando

as lideranças de bancadas na Câmara debateram, em primeiro lugar, os temas que seriam colocados em discussão. "Só depois o Senado disso tomaria conhecimento pelos jornais," afirmou Maurício Corrêa.

Os senadores querem que os presidentes da Câmara e do Senado discutam mecanismos novos para implementar formas de entrosamento entre as duas instituições. No caso da regulamentação do poder do Presidente da República de baixar medidas provisórias, por exemplo, existe um projeto do Senador Márcio Lacerda (PMDB-MT) "dormindo" nas gavetas da Câmara, que era mais fácil de ser aprovado do que o de Jobim, embora vasado nos mesmos termos. Trata-se de projeto de lei ordinária que exige quorum de maioria simples para ser aprovado, enquanto o de Jobim, que é projeto de lei complementar, exige maioria absoluta, quorum difícil de ser obtido.

"O Senado recusa-se a ser poder carimbador de decisões tomadas pela Câmara", conclui Maurício Corrêa.